## DATA São Paulo MERCANI

datamercantil.com.br

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM √ TRANSPARÊNCIA, √ SEGURANÇA E √ QUALIDADE.

SÃO PAULO, Quarta-Feira, 22 de outubro de 2025 | edição nº 1389

R\$ 2,50

## CÂMARA DISCUTE VOLTA DA BAGAGEM DESPACHADA GRATUITA, APÓS COBRANÇA POR MALA DE BORDO

relator do proproíbe a cobrança pela bagagem de mão em viagens de avião, deputado Neto Carletto (Avante-BA), afirmou, nesta terça-feira (21), que pode incluir na comissão especial para pelo plenário por meio proposta a retomada da discutir problemas do gratuidade no despacho setor aéreo será criada na principal. Outra proposta

aprovada de forma unânime nesta terça pela Câmara, o que acelera a tramitação do texto na Casa. A expec- projeto seria votado nesta Palácio do Planalto. tativa é a de que a votação semana, mas, após receber da proposta pelo plenário ocorra na próxima semana dários para mudanças no quer criar padrões para e que haja ampla maioria a favor. Para entrar em vigor, o texto também tem que passar pelo Senado.

Na sessão jeto de lei que desta terça, o presidente da pachada, que recebeu apoio Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), voltou a dizer que a cobrança pela mala de decidiu se vai incluir esse mão é abusiva.

de bagagem de até 23 kg. Câmara. "É um serviço que O projeto teve a urgência tem sido muito criticado, 2022 -o Congresso já havia com atrasos e extravio de aprovado a gratuidade da bagagens", disse.

O relator afirmou que o sugestões de líderes parti- de S.Paulo, Carletto também texto, decidiu adiar a vota- definir quantidade de itens, ção para a próxima semana. peso e tamanho -algo que Uma dessas sugestões foi hoje varia de acordo com a

plenária gratuidade da bagagem desda maioria dos líderes.

O relator ainda não ponto em seu parecer ou se Segundo Carletto, uma essa medida será apreciada de um destaque ao texto é derrubar um veto de bagagem despachada, mas a proposta foi vetada pelo

Como mostrou a Folha justamente a de retomar a companhia aérea.



## DESTAQUES DO DIA



Governo decide fatiar medidas para compensar MP dos impostos em diferentes projetos

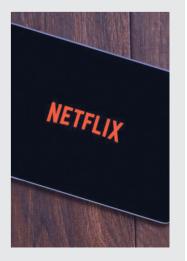
Decreto cria metas de reciclagem para a indústria que usa plástico



Congresso trabalha pensando em 2026, não em justiça econômica, diz Haddad

Brasil trabalha para que Lula e Trump se encontrem no domingo (26), na Malásia

**Netflix** culpa **Brasil por** resultado abaixo do esperado no 3° tri



### **NO MUNDO**

## Rússia e EUA já desconversam sobre cúpula entre Trump e Putin



reunião nova de cúpula entre Donald Trump e Vladimir Putin para discutir o fim da Guerra da Ucrânia e temas bilaterais ainda não tem data definida, com sinais crescentes de dificuldades no arranjo do encontro em Budapeste.

"Escute, não podemos adiar o que não foi finalizado", disse nesta terça (21) o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, questionado por repórteres sobre a data. "Não há um entendimento", completou. Mais tarde, a Casa Branca informou que não há encontro previsto "num futuro imediato".

"Nem o presidente Trump nem o presidente Putin deram datas exatas. Isso leva tempo", afirmou. Não é bem assim. O presidente americano havia anunciado o encontro na quinta-feira passada (16), afirmando que ele ocorreria em até duas semanas.

Ele fez o anúncio após telefonema recebido de Putin que durou duas horas e tirou dos trilhos a possibilidade de entrega de mísseis de cruzeiro Tomahawk para a Ucrânia, o que era esperado para o dia seguinte, quando Trump recebeu Volodimir Zelenski na Casa Branca.

Parecia o roteiro de agosto, quando o republicano deu um ultimato para Putin aceitar uma trégua só para, após uma ligação,

marcar a primeira reunião entre eles neste mandato do americano, no Alasca.

Na segunda (20), os encarregados de organizar a reunião, o chanceler Serguei Lavrov e o secretário de Estado Marco Rubio, se falaram ao telefone. O encontro prévio entre os dois ainda não tem data também.

As dificuldades mais óbvias são o escopo da reunião. A partir da conversa de agosto, ficou claro que Putin aceitaria trocar pedaços que não controla das regiões sulistas de Zaporíjia e Kherson pela tomada final de Donetsk, no leste. A conta seria muito desfavorável a Zelenski, que não aceitou a Igor Gielow/Folhapress

## Sanae Takaichi é eleita primeira-ministra do Japão e se torna 1ª mulher no cargo

conservadora Sanae Takaichi, 64, foi eleita primeira-ministra do Japão pelo Parlamento do país e, assim, se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo. A líder do Partido Liberal--Democrata (PLD) foi confirmada nesta terça-feira (21), após um período de instabilidade política e de ganhar uma eleição partidária em que concorria com veteranos do partido, todos homens. Takaichi consolida a trajetória de mais de sete décadas da sigla à frente do governo japonês. Sua ascensão ao cargo ocorreu após receber 237 votos na Câmara Baixa, superando a maioria dos 465 assentos.

Conhecida por ser linha-dura, sua eleição é lida como fortalecimento da ala mais à direita do partido, significativa em sua base. Seu objetivo, disse durante a campanha eleitoral, é se tornar a dama de ferro do Japão, em alusão à primeira--ministra britânica Marga-

ret Thatcher (1925-2013), por quem nutre admiração.

Agora, Takaichi carrega o desafio de melhorar a economia japonesa, a quarta maior do mundo, que anda aos solavancos, além de reconstruir um partido que passou por algumas de suas piores crises no último ano.

A nacionalista chega ao poder em um momento em que o Japão vê crescer o número de imigrantes, o que, segundo Takaichi, deixa os japoneses "à flor da pele". Ponderando o turismo e a necessidade de trabalhadores do exterior, a nova primeira-ministra afirmou que uma imigração precipitada poderia criar clima hostil na sociedade japonesa e que a revisão das políticas seria necessária para "viver em paz" com os estrangeiros.



## Chefe da segurança nacional de Israel é demitido por Netanyahu



primeiro--ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, demitiu nesta terça-feira (21) o conselheiro de segurança nacional do país, Tzachi Hanegbi.

Netanyahu afirmou que Hanegbi será substituído imediatamente. O premiê anunciou que pretende nomear o vice-chefe do Conselho de Segurança Nacional, Gil Reich, para o cargo de chefe interino.

Tzachi Hanegbi ocupava o cargo há três anos. Em um comunicado à imprensa, Israel agradeceu o trabalho terrível fracasso... deve ser nicado à imprensa.

realizado por Hanegbi e lhe desejou sucesso. O conselheiro é membro

sênior do partido Likud desde a década de 1990. Segundo a imprensa israelense, Hanegbi tinha divergências com o premiê e teria se oposto ao plano de Netanyahu de invadir a Cidade de Gaza.

Hanegbi pediu uma "investigação completa" das falhas que levaram ao atentado de 7 de outubro de 2023. Ele também afirmou que tem responsabilidade pelo massacre que matou investigado minuciosamente para garantir que as lições apropriadas sejam aprendidas e para ajudar a restaurar a confiança que foi quebrada", escreveu.

"Agradeci ao primeiro--ministro pelo privilégio de ser um parceiro na formulação da política externa e de segurança de Israel durante anos desafiadores -- pela oportunidade de expressar uma posição independente em discussões delicadas e pelo diálogo profissional que mantivemos, mesmo em tempos de desacordo", disse primeiro-ministro de mais de 1.200 pessoas. "O Tzachi Hanegbi, em comu-

**DATA** São Paulo **MERCANTI** 

- JORNAL DATA MERCANTIL LTDA. CNPJ nº 35.960.818/0001-30 Rua XV de novembro, 200 Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
- Tel.:11 3361-8833 E-mail: comercial@datamercantil.com.br
- EDITORIAL: Daniela Camargo
  - **■** COMERCIAL: Tiago Albuquerque
  - ¶ Serviço Informativo: FolhaPress,
     Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte





## **ECONOMIA**

## Governo decide fatiar medidas para compensar MP dos impostos em diferentes projetos



governo de Luiz Inácio Lula da Silva decidiu fatiar as medidas de compensação à MP (medida provisória) de aumento de impostos em ao menos dois projetos, com o objetivo de separar as ações menos controversas e com maior chance de aprovação daquelas que ainda enfrentam resistências no Congresso Nacional.

A informação, adiantada pela Folha de S.Paulo, foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta terça-feira (21). "Os projetos de lei serão enviados hoje ainda, se tudo der certo", disse o ministro à GloboNews.

conter as medidas de das

contenção de despesas: Haddad citou mudanças como no seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no período em que a atividade é proibida), no Atestmed (sistema online para concessão de auxílio-doença sem perícia presencial) e a inclusão do Pé-de-Meia no piso da educação.

Segundo técnicos, um dos projetos deve conter as medidas de contenção de despesas, com impacto estimado em R\$ 15 bilhões, e o limite mais rigoroso para uso de créditos tributários na compensação de impostos a pagar, que pode ampliar a arrecadação em R\$ 10 bilhões no ano que vem.

Outro projeto deve ficar Um dos projetos deve com o aumento da taxação apostas esportivas

(bets) e a tributação de títulos hoje isentos, como aqueles do agronegócio e do setor imobiliário. Juntas, essas mudanças poderiam incrementar as receitas em R\$ 4,3 bilhões em 2026, segundo os cálculos iniciais do Executivo.

"Nossa avaliação é que bets estão trazendo muitos danos, inclusive de saúde pública. Toda a majoração será para cuidar das pessoas, tudo vai para a saúde, sobretudo para cuidar de pessoas que estão dependentes de jogo", disse o ministro.

A MP previa aumento de tributação para 18% do valor arrecadado com as apostas, com 6% destinados à saúde. Com a derrubada do texto, o índice ficou em 12%.

## **Decreto cria metas** pós de reciclagem para a indústria que usa plástico

três anos debates, governo federal lançou nesta terça (27) o decreto federal do plástico (12.688/2025) que define regras para a logística reversa deste material no Brasil ao regulamentar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (12.305/2010). O texto estabelece metas de reciclagem para indústrias cujos produtos geram resíduos plásticos após o consumo e também cria metas de uso de plástico reciclado na composição de novos produtos e embalagens.

Segundo a campanha da ONU sobre plástico, todos

## **TST confirma** indenização para porteiros trocados por portaria virtual

SDC (Seção Especializada em Dissídios Coletivos) do TST (Tribunal Superior do Trabalho) manteve a validade de uma cláusula de convenção coletiva que prevê indenização para empregados dispensados quando condomínios substituem portarias presenciais por virtuais, com sistemas de monitoramento remoto.

A norma voltou a ser discutida após sindicatos patronais do setor de segurança ingressarem na Justiça para tentar anulá-la. Segundo as entidades, a regra representaria um retrocesso diante do desenvolvimento tecnológico. A maioria dos ministros do TST, porém, entendeu que a cláusula compatibiliza o avanço tecnológico com a valorização social do trabalho.

A convenção coletiva que estabelece a norma foi firmada entre o Sindcond (Sindicato dos Condomínios de Prédios e Edifícios Industriais, Comerciais, Residenciais e Mistos Intermunicipal do Estado de São Paulo) e o Sindifícios (Sindicato dos Empregados em Edifícios de São Paulo, Zeladores, Porteiros, Cabineiros, Vigias, Faxineiros e Serviços).

O objetivo da cláusula é proteger o emprego e o mercado de trabalho diante dos impactos da automação sobre os trabalhadores. Ela determina que o empregador que optar pela substituição de portarias presenciais por atendimento virtual deve pagar uma indenização equivalente a dez pisos salariais da categoria para cada empregado dispensado nessas condições.

Na ação trabalhista, o Siese-SP (Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do Estado de São Paulo) e o Sintrasep (Sindicato dos Trabalhadores em Sistemas Eletrônicos de Segurança Privada do Estado de São Paulo), que não assinaram a convenção coletiva, pediram a anulação da cláusula.





os dias o equivalente a 2.000 caminhões de lixo cheios de resíduos plásticos são despejados em rios e nos mares do planeta. No atual ritmo de descarte, em 2050 deve haver mais plástico do que peixe nos oceanos. E, no Brasil, estudo mostra que hoje mais plástico vai para os mares do que para a

Assinado pelo presidente Lula e pela ministra Marina Silva, o texto estabelece regras que pretendem movimentar gigantes como a indústria do plástico, de alimentos e de higiene pessoal, além da própria indústria recicladora, que foram

reciclagem.

implicados no processo.

Todas elas, junto a movimentos sociais ambientalistas e de catadores, acompanham há dois anos o vaivém do texto entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. "Estamos falando de quase todo o mercado. No ano passado, só de resíduo domiciliar urbano foram 13 milhões de toneladas de plástico no Brasil. Temos um potencial de recuperação, valorização e reutilização enorme", afirma Carlos da Silva Filho, consultor da ONU para resíduos sólidos.

Folhapress

## **POLÍTICA**

## Congresso trabalha pensando em 2026, não em justiça econômica, diz **Haddad**



ministro Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira (21) ver o Congresso Nacional trabalhando em função das eleições presidenciais de 2026, e não da justiça econômica.

"O Congresso tem todo direito de rejeitar o que é injusto, mas não é essa a conversa lá. O que se conversa lá é 2026 e que fulano de tal não vai ser candidato se a MP [medida provisória] passar. Imagina uma coisa que é boa para o país ficar ao sabor das intenções presidenciais de uma pessoa", afirmou ele em entrevista à Globonews.

O ministro não disse quem seria o "fulano de tal", se limitou a dizer que "lê o jornal" e que "tem as mesmas fontes no Congresso que a imprensa".

O comentário segue a esteira da derrota do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no início do mês, quando o Congresso retirou da pauta a MP (medida provisória) dos Impostos. A medida visava sustentar a arrecadação federal e reduzir despesas obrigatórias no próximo ano.

Para a base governista no Legislativo, o desfecho foi atribuído a articulações do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tido como o nome favorito da oposição para enfrentar Lula na corrida presidencial.

À época, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator da MP, disse que o Congresso já estava "no

modo disputa eleitoral".

"O Tarcísio, em vez de governar São Paulo, fica telefonando para deputado para pressionar, para não aprovar. É evidente que tem uma campanha eleitoral em andamento e o objetivo é prejudicar o governo. Dane--se o país", disse o petista.

Segundo Haddad, governo tem uma série de mecanismos legais para reorganizar as contas.

Um deles será o envio de dois projetos para apreciação dos parlamentares ainda nesta terça, como antecipado pela Folha de S.Paulo. Outro seria a reedição de uma MP ao término do ano legislativo, aventada pelo ministro como uma hipótese diante dos embates com o Legislativo em torno da pauta econômica. Folhapress

# egociadores entre o presidente Lula (PT)

Os dois líderes viajarão ao país para participar da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático). Lula embarcou na manhã desta terça, rumo à Ásia. A cúpula será realizada de 26 a 28 de outubro, portanto, com uma margem pequena de datas.

A certeza da reunião, dizem integrantes do governo brasileiro, depende das agendas, mas as duas partes atuam para que ele ocorra.

## **Governo enviará** dois projetos de lei alternativos à MP do IOF

governo vai fatiar em dois projetos de lei a maior parte das medidas de ajuste fiscal que estavam na medida provisória (MP) rejeitada pela Câmara no início do mês, disse nesta terça-feira (21) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em entrevista à GloboNews, ele disse que a estratégia busca reduzir resistências políticas e acelerar a tramitação no Congresso.

Os dois textos, informou o ministro, devem tratar de frentes distintas: uma voltada ao controle de gastos públicos e outra com ações para aumento de arrecadação, como a taxação de bets (empresas de apostas eletrônicas) e de fintechs (startups do setor financeiro).

"Como houve muita polêmica em torno da questão de despesa e receita no mesmo diploma legal, a decisão provável é dividir entre dois projetos de lei", disse Haddad à GloboNews.

ministro afirmou que as propostas podem

Desde que Lula con-

versou brevemente com

Trump durante encontro na

Assembleia-Geral da ONU

(Organização das Nações

Unidas), seus aliados de-

fendem que uma reunião

presencial entre os dois

ser enviadas ainda nesta terça-feira. Segundo ele, parte dos deputados já se mostrou disposta a incluir os temas em projetos que estão em tramitação, o que pode acelerar as votações.

Segundo Haddad, a revisão de gastos pode gerar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões em economia, enquanto a taxação de bets e fintechs deve render cerca de R\$ 3,2 bilhões no próximo ano — R\$ 1,7 bilhão das apostas e R\$ 1,58 bilhão das plataformas financeiras.

A equipe econômica avalia que a separação dos projetos permitirá votar primeiro os pontos de maior consenso, evitando que temas mais polêmicos travem o pacote. Ficam de fora, por ora, mudanças na tributação de ativos financeiros, como o fim da isenção para títulos isentos, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), um dos principais focos de tensão durante a tramitação da MP original.

Wellton Máximo/ABR



Brasil e dos Estados Unidos trabalham para que o encontro e Donald Trump ocorra no próximo domingo (26), na

> fosse num terceiro país. A preocupação entre diplomatas e integrantes do Palácio do Planalto é não expor o presidente desnecessariamente e existe uma preocupação de que isso possa acontecer se o encontro for no Salão Oval da Casa Branca. Trump já teve atritos com presidentes diante das câmeras no local.

O presidente americano também já disse que ambos poderiam se encontrar nos EUA. A hipótese mais provável por enquanto, porém, é que a reunião seja realizada

Não está claro se os governos teriam algum anúncio a ser feito em relação à redução das tarifas, já que as negociações mais sérias a respeito das sobretaxas acabaram de começar.

A largada das tratativas foi dada na semana passada, em reunião entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, e o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio. Foi o primeiro encontro dos chefes da diplomacia dos países desde que Trump e Lula conversaram.

Folhapress



**Brasil trabalha para** 

que Lula e Trump se

(26), na Malásia

encontrem no domingo



## PUBLICIDADE LEGAL

## lbovespa se acomoda a 144 mil pontos, em leve baixa, com bancos commodities

pós dois dias de moderada recuperação que o recolocaram durante a sessão da segunda-feira – mas não no fechamento - a 145 mil pontos, em nível do começo de outubro, o Ibovespa voltou a fazer uma pausa nesta terça-feira, ainda acomodado aos 144 mil. Nesta terça, da mínima à máxima da sessão, oscilou dos 143.829,26 aos 144.795,18 pontos, saindo de abertura aos 144.509,27 pontos. Ao fim, marcava 144.085,15 pontos, leve baixa de 0,29%, com giro enfraquecido a R\$ 15,7 bilhões. Na semana, ainda sobe 0,48% no agregado de duas sessões, limitando a perda do mês a 1,47%. No ano, o ganho acumulado se mantém perto de 20%, a 19,79%.

Após as blue chips terem mostrado, na maioria, fôlego na sessão anterior, voltaram ao campo negativo nesta terça-feira, com destaque entre os bancos para BB (ON -1,11%), Bradesco (ON -0,98%; PN -1,33%, mínima do dia no fechamento) e Itaú (PN -0,94%). Entre os carros-chefes das commodities, Petrobras permaneceu enfraquecida como na sessão da segunda (nesta terça, ON -1,05%, PN -0,81%) e Vale ON, a principal ação da carteira Ibovespa, oscilou um pouco para baixo (-0,16% no encerramento). Na ponta ganhadora do índice, Vamos (+6,90%), Embraer (+5,12%) e Raízen (+4,35%). No lado oposto, Brava (-5,84%), Pão de Açúcar (-3,24%) e B3 (-2,61%).

"As ações da Petrobras recuaram mesmo após a licença do Ibama para a Margem Equatorial: o corte no preço da gasolina anunciado ontem pela estatal e a queda do petróleo no mercado internacional reduzem as margens e pressionam o setor de energia", diz José Aureo Viana Júnior, sócio da Blue3 Investimentos, oéDinheiro

#### **Arrow Brasil S.A.**

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2020

Data Hora e Local: 15/06/2020, às 10 horas, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia").

Mesa: Sr. José Alberto Rezende Caous, Presidente e Sr. Antonio Celso Dantas, Secretário. Convocação e Presença: convocação dispensada, em razão da presença de representantes da totalidade do capital social. **Ordem do Dia:** (i) aceitar a renúncia do membro do Conselho de Administração Sr. Martin T. Hillery e (ii) deliberar sobre a eleição e reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Deliber** e (ii) deliberar sobre a eleição e reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** os acionistas, por unanimidade: 1. (i) aceitam a carta de renúncia apresentada pelo S. **Martin T. Hillery;** (iii) elegem o Sr. **Alan Chan,** portador do passaporte estadunidense nº 591905914, com mandato a se encerrar na próxima assembleia geral; (iii) reelegem o Sr. **Christopher David Stansbury,** portador do passaporte estadunidense nº 350933446, CPF/ME nº 709.660.091-42; e (iv) reeleger o Sr. **John Alan Bird,** portador do passaporte estadunidense nº 210332936. **Declaração de Desimpedimento:** os Srs. Alan Chan, Christopher David Stansbury e John Alan Bird declaram que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **Encerramento:** foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata. São Paulo, 15/06/2020. **José Alberto Rezende Caous** – Presidente; **Antonio Celso Dantas** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 396.847/20-1 em 22/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

#### **Arrow Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 43.076.082/0001-60 – NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2020

Data, Hora e Local: 27/08/2020, às 11h00, na sede da Cia.. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. Mesa: Jose Alberto Rezende Caous – Presidente; Antonio Celso Dantas – Secretário. Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre: (i) a alteração do objeto social da Cia.; e (ii) caso seja aprovada a matéria acima, a autorização para a administração da Cia. realizar todos os procedimentos necessários para implementar a matéria acima. Deliberações: Após extensivas discussões, a eximpitate aprovaçam a latração do objeto social da constante de forma valvience as equipates mátricas (i) avençam a latração do objeto social da constante de forma valvience as equipates mátricas (ii) avençam a latração do objeto social da constante de forma valvience as equipates mátricas (ii) avençam a latração do objeto social da constante de forma valvience as equipates mátricas (ii) avençam a latração do objeto social da constante de forma valvience de forma valvience de forma de procedimentos necessarios para imprementa a materia a clinia. Demora ações, Após extensivas astensivas con sacionistas aprovaram de forma unânime as seguintes matérias: (i) aprovam a alteração do objeto social da Cia. para incluir as atividades de "comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; distribuição de programas de computador; prestação de serviço de suporte técnico em tecnologia da informação; consultoria em tecnologia da informação; ocação de máquinas e equipamentos de informática do grupo eletroeletrônico; treinamento em informática; processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, videos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres; lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga, recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto", e consequentement a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Cia., que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º A Cia. tem por objeto: (i) a comercialização (inclusive atacadista), distribuição, importação e exportação de material distribuição, letrônico isclusive atacadista), distribuição, esquiração, redacdores, fontes e consequentem con consequente de consequente con consequente de consequente con consequente de consequente con consequent elétrico, eletrónico, inclusive computadores, impressoras, estruturas de segurança, roteadores, fontes e periféricos em geral, equipamentos de armazenagem de dados e outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens, ou outros dados, máquinas e equipamentos, equipamentos de telefonia e comunicação, assim como os respectivos programas de computação (softwares) e respectivas partes, peças e componentes; (ii) a revenda de cessão de direito de uso de programas de computação (softwares); (iii) a industrialização por encomenda em estabelecimentos de terceiros de peças, equipamentos, máquinas aparelhos de preoses agregato a entraganagemento de dados a de automação, industrial (via definitivitação aparelhos de preoses agregato a entraganagemento de dados a de automação, industrial (via administração) e aparelhos de processamento e armazenamento de dados e de automação industrial; (iv) administração e apareinos de processamento e armazenamento de adodos e de autornação industrial, (iv) administração de materiais e equipamentos; (vi) intermediação de negócios, consultoria e assistência técnica, inclusive desenvolvimento de projetos de produtos elétricos e eletrônicos; (vi) treinamentos e prestação de demais serviços relacionados à informácia, produtos elétricos e eletrônicos em geral; (vii) planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres; (vii) prestação de serviço de suporte técnico em tecnologia da informação; (x) processamento, armarecinico em technologia da inimitação, (xx) consultora em technologia da informação, (xx) processamiento, arma-zenamento ou hospedagem de dados, textos, magens, videos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres; (xi) lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga, recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto; (xii) locação de máquinas e equipamentos de informática do grupo eletroeletrônico; e (xiii) a participação societária em outras sociedades na qualidade de sócia ou quotista ou acionista." (ii) os acionistas autorizam a administração da Cia, a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para implementar as resoluções tomadas acima, incluindo, sem limitação, realizar os registros aplicáveis perante as respectivas autoridades governamentais e as publicações. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 27/08/2020. José Alberto Rezende Caous – Presidente; Antonio Celso Dantas – Secretário. JUCESP nº 378.226/20-4 em 15/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## **COTAÇÃO DAS MOEDAS**



Coroa (Suécia) - 0,5721 Dólar (EUA) - 5,3848

Franco (Suíça) - 6,7742

Iene (Japão) - 0,0355

Libra (Inglaterra) - 7,2102

Peso (Argentina) - 0,003625

Peso (México) - 0,2925

Peso (Uruguai) - 0,1353

Yuan (China) - 0,7561

Rublo (Rússia) - 0,06618

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,255

#### Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de julho de 2020 Data, Hora e Local: 08/07/2020, às 10h00, na sede social da Companhia. Mesa: Sr. José Alberto Rezende Data, Hora e Local: 08/07/2020, às 10h00, na sede social da Companhia. Mesa: Sr. José Alberto Rezende Caous, Presidente e Sr. Antonio Celso Dantas, Secretário. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Ordem do Dia: deliberar acerca do aumento do capital social, com a consequente alteração do artigo 5º do estatuto social. Deliberações aprovadas: 1. Aprovaram o aumento do capital social de R\$57.253.888,99 para R\$256.833.054,47, mediante a emissão de 165.028.956 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista Arrow Electronics, Inc., CNPJ/ME nº 05.711.763/0001-64, e integralizadas em moeda corrente nacional, por meio dos contratos de câmbio celebrados em 08/07/2020 com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., registrados sob os nºs 243430040 e 243430042, nos termos do boletim de subscrição anexo a esta ata. 1.1. As ações são emitidas ao preço de emissão de R\$1,2093584615 cada uma, perfazendo o total de R\$19,579,165.48 que será destinado para a formação do capital social da Companhia 12 o preço de pmissão ata. 1.1. As açoes sao emitidas ao preço de emissão de RS1,2093584615 cada uma, perfazendo o total de RS19,9579,165,48, que será destinado para a formação do capital social da Companhia. 1.0 preço de amissão foi fixado com base perspectiva de rentabilidade futura da Companhia. 1.3. Os demais acionistas renunciam expressamente ao seu direito de preferência à subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em favor da Arrow Electronics Inc. 1.4. Em virtude da deliberação referida neste item, os acionistas, por unanimidade, aprovaram a alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar a partir desta data com a seguinte redação: "Artigo 5º do estatuto social, totalmente subscrito e integralizado, é de RS256.833.054,47, dividido em 212.371.286 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." Encerramento: Nada mais. JUCESP – Registrado sob o nº 342.870/20-0 em 25/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

#### Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de setembro de 2020

Data, Hora e Local: 26/09/2020, às 10h00, na sede da Cia.. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. Mesa: José Alberto Rezende Caous — Presidente; Antonio face a presença da totalidade do capital social. Mesa: José Alberto Rezende Caous – Presidente; Antonio Celso Dantas – Secretário. Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: (i) aprovar o Protocolo e Justificação preparado com base nos Artigos 224 e 225 da Lei das S.A., cuja cópia se encontra anexa à presente como Anexo I, dispondo sobre os termos e condições relacionados à incorporação da Arrow Ltda. pela Cia., assinado pelas administrações de ambas as sociedades em 26/09/2020, e que foi autenticado pela mesa e arquivado na sede da Cia.; (ii) ratificar a nomeação do seguinte perto para preparar o Laudo de Avaliação ("Avaliador"): Ernst & Young Auditores Independentes S.S., CNPJ nº 61.366.936/0001-25 e CRC nº 2SPO15199/O6, (iii) aprovar os termos do Laudo de Avaliação, preparado pelo Avaliador, com data de 25/09/2020, cuja cópia se encontra anexa à presente como Anexo II. De acordo com o Laudo de Avaliação, o patrimônio líquido da Arrow Ltda. é de R\$174.654.641,47 negativo. O Avaliador, presente à reunião, esclareceu todas as dividas pendentes para a aprovação do Laudo de Avaliação pelos acionistas da Cia.; (iv) considerando que o patrimônio líquido da Arrow Ltda. é negativo, o capital social da Cia. será reduzido para absorção do prejuízo no mesmo valor, passando de R\$256.833.054.47 para R\$82.178.413.00. sem para absorção do prejuizo no mesmo valor, passando de R\$256.833.054,47 para R\$82.178.413,00, sem alteração no número de ações de emissão Cia. Como consequência, o Artigo 5º do estatuto social da Cia. passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º O capital social, totalmente subscrito integralizado, é de R\$82.178.413,00, dividido em 212.371.286 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal"; (v) aprovar RS82.178.413,00, dividido em 212.371.286 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal"; (v) aprovar a incorporação da Arrow Ltda. pela Cia., nos termos e condições acordados no Protocolo e Justificação, o neste ato aprovado; (v) como resultado da incorporação da Arrow Ltda. pela Cia., e nos termos do Protocolo e Justificação, o sacionistas aprovam a transferência dos estabelecimentos que eram anteriormente detidos pela Arrow Ltda. localizados na (i) Cidade de Viana-ES, Rodovia BR 262, nº 5160, km 1306, módulo 01, sala 01; e (ii) Cidade de Viana-ES, Rodovia BR 262, nº 5160, km 1306, módulo 02, que serão incorporados pela Cia.; (vii) em decorrência das deliberações acima os acionistas declaram efetivada a incorporação e a extinção da Arrow Ltda. e das suas filiais que não foram transferidas para a Cia., passando a Cia. a sucedê-la em todos os seus direitos e obrigações; e (viii) os acionistas ratificam todos os procedimentos realizados pela administração da Cia. até a presente data relacionados à incorporação e autorizam a administração da Cia. até a presente data relacionados à incorporação e autorizam a administração da Cia. até a presente data relacionados à incorporação e autorizam a administração da Cia. até a quasquer medidas necessárias para implementar as resoluções tomadas acima. da Cia. a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para implementar as resoluções tomadas acima incluindo, sem limitação, realizar os registros aplicáveis perante as respectivas autoridades governamentais e as publicações. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 26/09/2020. **José Alberto Rezende Caous** – Presidente; **Antonio Celso Dantas** – Secretário. JUCESP nº 446.139/20-8 em 21/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

#### **Arrow Brasil S.A.**

ATOW Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 43.076.082/0001-60 – NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 27 de agosto de 2020

Data, Hora e Local: Aos 27/08/2020, às 11h30, na sede da Companhia. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando os membros da Diretoria. Mesa: José Alberto Rezende Caous — Presidente; Antonio Celso Dantas — Secretário. Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre a abertura de filiais da Companhia. Deliberações aprovadas: Aprovaram a abertura de filiais da Companhia nos seguintes enderecos: (i) Cidade de Viana-ES, Rodovia BR 262, nº 5160, km 1306, módulo 01, sala 01, Ribeira, CEP 29132-690, a qual exercerá todas as atividades do objeto social da Companhia; (ii) Cidade de Viana-ES, Rodovia BR 262, nº 5160, km 1306, módulo 02, Ribeira, a qual exercerá todas as atividades do objeto social da Companhia; e (iii) Cidade de São Paulo-SP, Rua José Gomes Falcão, 111, sala 05, Barra Funda, a qual exercerá as funções de escritório administrativo e a prestação de serviços relacionados à venda e revenda de softwares, nos termos previstos no objeto social da Companhia. Encerramento: Nada mais. JUCESP – Registrado sob o nº 378.225/20-0 em 15/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

#### **Arrow Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 43.076.082/0001-60 – NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 31 de janeiro de 2019

Data, horário, local: 31/01/2019, às 10h, na sede da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"). Mesa: Sr. José
Alberto Rezende Caous, <u>Presidente</u>; e Sr. Antonio Celso Dantas, <u>Secretário</u>. Convocação e presença:
convocação dispensada, em razão da presença da totalidade dos diretores. Ordem do dia: rerratificação
da Ata de Reunião da Diretoria realizada em 17/07/2018. Deliberações: em Reunião da Diretoria da Companhia realizada em 17/07/2018, ocuratores deliberaram a alteração de enderge da filial do CNP L/MF nº panhia realizada em 17/07/2018 os diretores deliberaram a alteração de endereço da filial do CNPJ/MF nº 43.076.082/0007-56. Da ata lavrada da referida reunião, constou o NIRE provisório da filial da Companhia (43.99).688.900) e não o seu NIRE definitivo (43.99).688.900 e não o seu NIRE definitivo (43.99).687.442. 1 Os diretores, por unanimidade, deliberaram pela rerratificação da deliberação tomada na Reunião da Diretoria de 17/07/2018, que passará de: "nos termos do artigo 2", parágrafo único, do estatuto social da Companhia, os diretores, por unanimidade, aprovaram a alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ/MF sob on "43.076.082/0007-56 e sob o NIRE 43.999.088.900, da Avenida Dr. Nilo Peçanha, n° 1221, çi. 601, Bairro Três Figueiras, CEP 91330-009, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para a Rua Piauí, n° 193, Bairro Santa Maria Goretti, CEP 91030-320, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul "para: "nos termos do artigo 2", parágrafo único, do estatuto social da Companhia, os diretores, por unanimidade, aprovaram a alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ/MF sob o n "43.076.082/0007-56 e sob o NIRE 43.701.667.442, da Avenida Dr. Nilo Peçanha, n."1221, cj.601, Bairro Três Figueiras, CEP 91330-009, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul". Encerramento: esceradas as discussões, foi lavrada esta ata. São Paulo, 31/01/2019. José Alberto Rezende Caous – Presidente; Antonio Celso Dantas – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 116.243/19-3 em 21/02/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral. panhia realizada em 17/07/2018 os diretores deliberaram a alteração de endereco da filial do CNPJ/MF n'

### **Arrow Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de agosto de 2019

Data, Hora e Local: 23/08/2019, às 10 horas, na sede social da Arrow Brasil S.A. ("Companhia"). Mesa:

Presidente: José Alberto Rezende Caous; e Secretário: Antonio Celso Dantas. Convocação e Presença: convocação dispensada, em razão da presença de representantes da totalidade do capital social. Ordem do Dia: (i) o aumento do capital social, com a alteração do artigo 5º do estatuto social; e (ii) a consolidação do estatuto social. Deliberações: os acionistas, por unanimidade: 1. Aprovaram o aumento do capital social de R\$ 50.353.568,97 para R\$ 57.253.888,99, mediante emissão de 5.705.769 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 1.1. As ações são emitidas ao preço de emissão de R\$ 1,2093584615, cada, perfazendo o total de R\$ 6.900.320,02, que será destinado para a formação do capital social da Companhia. 1.2. O preço de emissão foi fixado com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia. 1.3. Os demais acionistas renunciam expressamente ao seu direito de preferência à subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em favor da Arrow Inc. 1.4. Os acionistas, por unanimidade, aprovaram a alteração do artigo pela companina, en navor da Aritovinic. 1.4. Os acionistas, por unanimidade, apora anna alieração to a rigor 5º do estatuto social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de RS 57.253.888,99, dividido em 47.342.330 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." 2. Aprovaram a consolidação do estatuto social. Encerramento: foram encerrados os rabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, São Paulo, 23/08/2019, **José Alberto Rezende Caous** – Presidente Antonio Celso Dantas - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 514.643/19-5 em 30/09/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

#### - Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 – NIRE 35.300.172.124 Ata de Reunião da Diretoria realizada em 09 de dezembro de 2020

**Data, Hora e Local:** Aos 09/12/2020, às 11h30, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando os membros da Diretoria. **Mesa:** José Alberto Rezende Caous – Presidente; Antonio Celso Dantas – Secretário. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre o fechamento de uma filial da Companhia. **Deliberações aprovadas:** Aprovado o encerramento da filial da Companhia localizada na Cidade de Viana-ES Rod. BR 262. nº 5160. km 1306. módulo 01. sala 01. Ribeira. CNPJ/ME nº 43.076.082/0009-18. **Encerramento** Nada mais. JÚCESP – Registrado sob o nº 545.533/20-0 em 22/12/2025. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

datamercantil.com.br



## **PUBLICIDADE LEGAL**

#### EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

CNPJ/MF nº 58.056.076/0001-19 - NIRE 35.300.651.171 Ata de Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Horário e Local: 15/09/2025, às 14 horas, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjuntos 23 e 24, São Paulo/SP. II. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. III. Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. IV. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a alteração do endereço da sede social da Cia. e a consequente alteração e adequação do artigo 2º do Estatuto Social; (ii) a complementação do objeto social da Cia. e a consequente adequação do artigo 3º de seu estatuto social, e (iii) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Cia. que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I a esta ata. V. Deliberações: Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) Alterar o endereço da sede social da Cia., o qual passa de Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 2.1, São Paulo-SP, de modo que o artigo 2º do Estatuto Social da Cia. passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º – A Cia. tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 21, Jardim Paulistano, CEP 0.1451-001, São Paulo-SP, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria" (ii) Modificar o objeto social da Cia., para incluir as atividades de: (i) "aluguel de curta ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais, social da Cia. e a consequente alteração e adequação do artigo 2º do Estatuto Social; (ii) ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais ou longa duração de madquinas e eduplamientos, electricos ou mao, comerciais e industriais, sem operador", (ii) "testes físicos, químicos e outros testes análíticos de todos os tipos de materiais e de produtos", e (iii) "agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação". En razão desta deliberação, alterar a redação do caput do artigo 3º do estatuto social da Cia., que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Cia, tem por objeto social explorar, no território nacional, (i) projetos de infraestrutura —A cia. tem por topeto social explora, in terminor nacional, (in projectos de imaestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou participação em sociedades de propósitos específicos que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodovários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; (ii) aluguel de curta ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais, sem operador; (iii) testes físicos, químicos e outros testes analíticos de todos os tipos de materiais e de produto, e (iv) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de compueiros de fillo forma a refigir as defiberações estima, referencia. em veículos de comunicação." (iii) De forma a refletir as deliberações acima, reformar e consolidar o Estatuto Social da Cia, o qual passa a vigorar com a redações acinia, reformar e consolidar o Estatuto Social da Cia, o qual passa a vigorar com a redações acinia, reformar en Anexo I desta ata. VI. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 15/09/2025. Mesa: José Carlos Cassaniga Presidente; Enio Stein Júnior – Secretário. Anexo I – Estatuto Social – Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1° - A EPR Infraes-Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º – A EPR infraestrutura PR Lote 6 S.A. ("Cia.") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("<u>Estatuto Social</u>"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("<u>Acordo de Acionistas</u>") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** – A Cia. tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 21, São Paulo-SP, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** – A Cia. tem por objeto social explorar, no território, nacional ("projetos de infraestruture em transportes quaquer parte o territorio nacional, por deliberação da Diretoria. A **rugo** 3 – A Cia. Lein por objeto social explorar, no território nacional, (i) projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou participação em sociedades de propósitos específicos que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; (ii) aluguel de curta ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais, sem procedor (iii) tortes feiros quípticos entres de sociedades de productivos entres de sociedades de productivos entres de complexos. operador; (iii) testes físicos, químicos e outros testes analíticos de todos os tipos de mate riais e de produto; e (iv) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de riais e de produto; e (iv) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação. **Artigo 4º** – A Cia. tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Capital Social. Artigo 5º** – O capital social da Cia. é de R\$ 240.000.000,00, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 120.000.000 ações ordinárias e 120.000.000 ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º** – Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **§ 2º** – A Cia. poderá emitir ações preferencias classe A. As ações preferenciais classe A: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial classe A menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial classe A, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% dos dividendos e quaisquer farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% dos dividendos e quaisque tarao jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% dos dividendos e qualsquer outros proventos distribuídos pela Cia, aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Cia., independentemente de aprova-ção pelos titulares das referidas ações preferenciais classe A, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial classe A menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial classe A, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas \$\frac{3}{3}\circ\$ - As ações preferenciais não poderão ultrapassar número correspondente a 50% do total de ações emitidas. \$\frac{4}{9}\circ\$ - As ações são indivisíveis em relação à Cia., que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. \$\frac{5}{9}\cdot - Todas as ações de emissão da Cia. serão escrituradas nos livros próprios da Cia. em nome de seus titulares. \$\frac{6}{9}\circ\$ - Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Cia., poderá adquirir suas próprias ações, devendo a cações admissas en a cações de considerado en a cações de considerados en actualmente de caceles de cac mediante aprovação da Assembleia Geral, a Cia., poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. § 7° – A alienação e a oneração de ações de emissão da Cia. somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. § 8° – A Cia. poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados. § 9° – E vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Cia.. Artigo 6° – Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobi liários conversíveis em ações emitidas pela Cia.. Artigo 7° – A não integralização, pelo subscritor, do valor subscritor, do valor subscritor ao pagamento do valor em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando subscritor ao pagamento do valor em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% ao mês, pro rata die, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% do valor devido. Capítulo III – Assembleias Gerais. Artigo 8° – Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Cia., a ser realizada nos 4 primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. Artigo 9° – As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia a que comparecer a totalidade dos acionistas. § 1° – Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente – quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da reapresencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente – quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente – quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem correr mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Cia. aplicável. § 2º – Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. § 3º – Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, § 1º da Lei das S. A. § 4º – Não poderá votar na Assembleia Geral o acionistas com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da

Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. § 5° – O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Cia. § 6° – Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. Artigo 10° – Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) alteração do Estatuto Social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, capitalização de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (d) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificada de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; (ii) aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboraaprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colabora dores da Cia.; (iii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (iv) transformação do tipo societário; (v) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Cia., exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (vi) registro de Cia. aberta na Categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Cia.; (vii) dissolução e liquidação da Cia.; (viii) nomeação e destituição de liquidante da Cia.; (xi) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Cia.; (xi) participação em grupo de sociedades, pela Cia., nos termos do artigo 265 da Lei das S.A; (xi) aprovação de investimento em novos emprendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; (xii) fixação da remuneração individual (fixa e variáve) de membro da administração que seia uma parte relacionada de qualquer dos acionistas: (xiii) dores da Cia.; (iii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distrimembro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (xiii) aprovar planos de remuneração referenciados em ações; (xiv) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; (xv) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xvi) contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de pagácios aplicável admitida uma variação de 10% salve se o endividamento no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10%, salvo se o endividamento no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10%, salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Cia. sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xvii) outorga, pela Cia., de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Cia., observados os termos do plano de negócios aprovado; (xviii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Cia., de quotas, ações ou participações em cutra sociedade (persolificada ou faina), ou em findos de investimento (except fundas centrales). (xviii) aquisição, subscrição ou alienação, peia cia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsi-diária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xxiv) abaixo; (xix) criação (i.e., constituição), pela Cia., de nova subsidiá-ria, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Cia.; (xx) celebrar, alterar ou resilir quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas; (xxi) participação, da Cia., em associações, fundações, empresas individuais de responsa-bilidade limitada ou consórcios; (xxii) alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% do total do ativo não circulante da Cia. (no caso de alienação de ativos pela Cia.); (xxiii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado o Cia. do caso de alienação de ativo se para contratos celebrados entre, de um lado, a Cia. e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas: (xxiv) abandonar ou rescindir contratos de concessão: (xxv) outorgar emprésrecionistas; (xxiv) adardonar ou rescrimic contratos de concessao, (xxv) outorgar emprestimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e(xxvi)
propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que
envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais. Artigo 11º - Observado o disposto
no Acordo de Acionistas, as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela
maioria do capital social votante na Assembleia Geral. Artigo 12º - O presidente da Assemmaioria do capitai social votante na Assembiela Geral. **Artigo 12**° – O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionista. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 13°** – A Cia. será administrada por uma Diretoria. **§ 1°** – Os membros da Diretoria seráo investidos em seus respectivos cargos nos 30 días subsequentes à sua eleição, mediante consistente da terme do terme do cargo for a consistencia de terme do cargo for a consistencia de terme do terme do cargo for a consistencia de cargo for a cargo for a consistencia de cargo for a cargo assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Cia. para esse fim. § 2º – Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. § 3º – Todos os Diretores deverão atender aos requisitos de legislilidade revistos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A., e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. § 4º – A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores, conforme aplicável. § 5º – Os administradores ficam dispensados de prestar caução. Artigo 14º – A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 Diretores, sendo 1 Diretor Presidente e os demais diretores sem designação específica, exceto se diversamente deliberado pela Assembleia Geral na sua eleição. § 1º – Os Diretores terão mandato de até 3 anos, sendo permitida a reeleição. § 2º – Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. § 3º – Compete ao Diretor Presidente superintender os negócios e supervisionar os demais membros da Cia., bem como coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria. § 4º – Em assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Cia. para esse fim. § 2º - Os denar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria. § 4º - Em denar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria. § 4° – Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. Artigo 15° – A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. § 1° – As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Cia. será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. § 2° – Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. § 3° – As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. § 4° – Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos excetuadas as materias que forem acrescentadas a ordem do dia com a aprovação de todos so diretores. § 5° – As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. 
Artigo 16° – A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Cia., competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia meta, tilia deministra, que fore a observação de quaiscave, paragentos devidos à Cia; (iii) mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Cla.; (iv) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; (v) implementar e explorar o objeto social da Cia. de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Cia.; (vi) observar o orçamento anual aprovado: (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, apriovato, (vii) elemenar source a cinação, iralisteriente de enterralmente de lindas, agencias, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Cia. no país; (viii) representar a Cia., em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (iix) apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observa-das as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Cia. ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Cia. Artigo 17º – A representação da Cia., em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais e quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, peques credens de pagamento, contratos em garal a quiasquer outros documentos que

exonerem terceiros de obrigação para com a Cia.; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no em conjunto com procurador com poderes específicos, constanto como me previsto mo § Unico desta Cláusula; (iii) por 2 procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou (iv) por 1 Diretor ou 1 procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Cia. em juizo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme específicado pos instrumentos de mandato, vedada a outorga de substabelecimento sem reservas. § Unico – As procurações outorgadas em nome da Cia. serão firmadas por 2 Diretores e deverão específicar os poderes conferences con quais tradições qualdade do por máximo la non excepto as procurações quais figalidade sos. os quais terão validade de, no máximo, 1 ano, exceto as procurações cuja finalidade sej os quais terao vanidade de, in maximo, i ano, exceto as procurações cuja iniandade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 18° – A Cia. terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Cia. ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. § 1° – Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, nas hipóteses previstas em lei. § 1º – Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. § 2º – Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. § 3º – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Artigo 19º – O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. Capítulo VI – Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 20º – O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, o casião em que o balanco patrimonial e as demais demonstrações financeiras de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras de cada ano, ocasado em que o balanço parimionia de sa demais condições previstas na legis-deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legis-lação aplicável. **§ Único** – As demonstrações financeiras da Cia. deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comis-são de Valores Mobiliários. **Artigo 21º** – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absociádo polos lucros e acumulados palas reservas do lucros e pola reserva logal, encepa a logal reserva logal. absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e) (ii) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. § Único — A Cía, poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reservas de capital exceptas do capital exceptas de capital exceptas do capital exceptas de capital except reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social Artigo 22º – A Cia, poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de Lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribui dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, \$ 1°, da Lei das S.A.; e (Iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. Capítulo VII – Liquidação. Artigo 23° – A Cia. dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidate que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. Capítulo VIII – Acordo de Acionistas. Artigo 24° – A Cia. observará fielmente o Acordo de Acionistas. \$ 1° – O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. § 2° – A Cia. não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Cia., aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. Capítulo IX – Arbitragem. Artigo 25° – Quaisquer disputas, controvérsias, litigios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 30.70/96 ("Lei de Arbitragem"), e com o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, § 1°, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidi equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização podenido o fribultar Arbitar (conforme abaixo definido), molvadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na lingua portuguesa e será sigilosa. (ii) A arbitragem será conduzida por 3 árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CGBC. Caso qualquer dos 3 árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a accelha de acórditro cu precidente da Tebunal Arbitral à litita de árbitra da CCBC. escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. (iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 ou mais partes em que (i) estas partes não se reinam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) ao partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, os termos de Regulamento, salvo acordo de todas as castes da arbitragem em sentido. nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. (iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. (v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e funda-mentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida dis ponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsado à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, traduto res, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribuna res, interpretes, estenolopistas e outros auxiliares eventualmente designados polo irnolinia Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de mářé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advo-catícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte pouera participar e votar. Frai todos os inits legais, as Asserimeiras Gerais realizadas de da Cia. aplicável. § 2° – Osta digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Cia. aplicável. § 2° – Osta dispersa destinação do nicro liquido e distribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Cia. ou pelo Conselho de incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas setiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. § 3° – Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constitudo na forma do artigo 126, § 1° da Lei das S.A. § 4° – Não poderá votar na Assembleia Geral o registro o votar na dos artigos 120 e 122, inciso V, da lordina da ciande quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Cia. ou lorigo constribução de civinente a cumplencia e (ii) qualquer outro valor devido, págo ou reembolsado pela parte das as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Cia. ou pelo Conselho da da respectiva Assembleia deral, exceto se todos os acionistas da Cia. ou pelo Conselho de despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na formicistração ou Diretoria da controladora da Cia. Artigo 17° – A representação da Cia., comerca da cidade de São Paulo. Capítulo X – Disposições e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na formicistração ou Diretoria da controladora da Cia. ou pelo Conselho da cardo com relação à arbitração ex comercia da cidade de São Paulo. Capítulo X – Disposições e despesas de viagens. A execução da Cia., derigo 17° – A representação da Cia., derigo 1





### **PUBLICIDADE LEGAL**

GT Series Participações Ltda

GT Series Participações Ltda.

NIRE 35238239810 - CNPJ nº 44. 479.578/0001-48

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 17/10/2025

Data, Hora e Local: 17/10/2025, às 10h, na sede social. Convocação: Dispensada. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente, Sr. Eduardo Serur Bruni; Secretário, Sr. Rafael Akira Kasai. Ordem do Dia: Deliberar a respeito da redução de capital social da Sociedade, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social. Deliberações: (i) Nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, os sócios, representantes da totalidade do capital social da Sociedade, deliberam reduzir o capital social da Cia no montante de R\$ 189.999,00, passando o capital social de R\$ 1.334.001,00 para R\$ 1.14.002,00, por julgá-lo excessivo em relação ao objeto social, mediante o cancelamento de 189.999 quotas representativas do capital social. (ii) A redução se realiza mediante restituição de capital, em moeda corrente nacional, aos sócios da Sociedade, na proporção detida por cada um no capital social da Sociedade. (iii) Em razão das deliberações acima, a Cláusula 3.1 do Contrato Social da Sociedade, passará a vigorar com nova redação. (iv) A redução do capital social observará o decurso de prazo de 90 dias, na forma do artigo 1.084, § 1º, do Código Civil, após a publicação da presente ata de reunião e seu posterior arquivamento perante a Jucesp. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Sócios Presentes: Rafael Akira Kasai, Haroldo Cardoso Costa Amaral, Eduardo Serur Bruni, Presidente - Eduardo Serur Bruni, Secretário - Rafael Akira Kasai.

#### " Severo Villares Projetos e Construções S.A. <sub>'</sub>

CNPJ nº 61.432.472/0001-08 - NIRE 35300359968

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 17/09/2025, às 10hs, na sede social. Convocação e Quórum: Dispensada a convocação, face a resença dos acionistas detentores da totalidade das ações representativas do capital social. Mesa: Geraldo Romen Portela Silva Gomes, presidente; e Rodrigo Malvezzi da Silva, secretário. **Deliberação aprovada:** Reeleita, neste ato com mandato de 1 ano, para o período de 17/09/2025 a 17/09/2026, a diretoria da sociedade composta por *Gerald*o Romera Portela Silva Gomes, brasileiro, empresário, e Rodrigo Malvezzi da Silva, brasileiro, empresário, ambos com domicilio comercial em Campinas/SP. Os diretores, ora redeletos, declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem atividade mercantil. Ato contínuo, assinam o Termo de Posse. Arquivamento: ficam arquivados na sede da sociedade os documentos citados; Nada mais. JUCESP nº 351.167/25-0 n 09/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral

#### JFL Nova 01 Empreendimento Imobiliário Ltda.

CNPJ/MF n° 42.496.996/0001-18 - NIRE 35.237.381.825

CNPJ/MF nº 42.496.996/0001-18 – NIRE 35.237.381.825

Instrumento de Deliberações do Sócio único de 01/08/2025

Jorge Felipe Lemann, RG nº 08606916-8 DGPC/RJ e CPF/MF nº 011.176.347-95, único sócio da Sociedade, deliberou consoante autorizado pelo § 3º do Artigo 1.072 do Código Civil, sem reservas: (i) aprovar o Protocolo, o qual passa a integrar a presente ata como Anexo I; (ii) ratificar a contratação da Global Auditores Independentes Ltda., CNPJ/MF nº 03.423.123/0003-95 e CRCRJ nº 000810/0 - FRJ ("Avaliadora") representada na forma de seu respectivo contrato social, por Jorge Luiz Calaza Rocha, RG nº 04742326-6 IFP/RJ, CPF nº 600.423.11-72, responsável pela elaboração do Luado de Avaliação para fins da Incorporação; (iii) Aprovação do Laudo de Avaliação, datado de 01/08/2025, que apurou acervo líquido negativo da sociedade no valor de R\$ 357.424,25; (iv) Aprovação da incorporação da SPE JLB altimore pela Sociedade. com transferência integral do patrimônio, extincão da incorporação a SPE JFL Baltimore pela Sociedade, com transferência integral do patrimônio, extinção da incorporada e sucessão universal pela Sociedade, com transferência integral do patrimônio, extinção da incorporada e sucessão universal pela Sociedade, sem aumento de capital, pois esta já detinha 100% das quotas da incorporada; e (v) Autorização aos administradores para realizar todos os atos necessários à efetivação da incorporação, incluindo arquivamentos e publicações. São Paulo-SP, 01/08/2025. Jorge Felipe Lemann. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 309.275/25-8 em 05/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

#### BRL Trust Distribuidora de • Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 13.486.793/0001-42 - NIRE 35.300.392.655 Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 16/09/2025, às 11hs, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do único acionista representando a totalidade do capital social. Mesa: Luiz Carlos Nimi (Presidente) e Francine de Castro Balbina Leite (Secretária). Deliberações aprovadas: 5.1. Aprovada a lavratura da la convacidade de la capital social. ata desta AGE em forma de sumário. 5.2. Tomar conhecimento da renúncia apresentada pela Sra. **Cristiane Eloisa de** Lourenço Teba Padial, brasileira, contadora do cargo de Diretora Executiva da Companhia, com efeitos a partir de 12/09/2025. 5.3. Aprovada a destituição, com efeitos imediatos a partir desta data, do cargo de Diretor Executivo da Companhia, do Sr. Maurício José Bairao Carmagnami, brasileiro, administrador de empresas. Considerando as deliberações acima, a Diretoria Consolidada da Companhia é a seguinte: Diretoria Executiva: (a) Ana Carolina Ferracciú Coutinho Moura, brasileira, advogada. (b) Luiz Carlos Nimi, brasileiro, administrador de empresas. (c) Francine de Castro Balbina Leite, brasileira, internacionalista. (d) Rogério de Oliveira Ferreira, brasileiro, contador. (e) **Felipe Pereira Lima**, brasileiro, contador e economista. (f) **Fábio Inácio de Carvalho**, brasileiro, administrador de empresas; e (g) **Ernane Divino dos Santos Alves**, brasileiro, formado em ciências da computação, todos com escritório m São Paulo – SP. A Diretoria da Companhia fica, desde já, autorizada a adotar todos os atos necessários para a consecução do quanto deliberado na presente AGE. Nada mais. São Paulo, 16/09/2025. JUCESP nº 358.469/25-9 en 17/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

#### = Carnegie 25 Empreendimentos Imobiliarios S.A. =

CNPJ/ME nº 14.457.070/0001-88 - NIRE 35.300.449.762 Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em **09/10/202**5

Data, Hora e Local: Em 08/10/2025, às 10hs, na sede. Convocação e Presença: Dispensada. face o quórum legal para instalação e deliberação das matérias. **Mesa:** Presidente, Sr. Joaquim Rondon da Rocha Azevedo; Secretário, Sr. Fábio André Adamo Idoeta. **Deliberações Aprovadas:** (i) A redução do Capital Social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, <u>de</u> R\$ 21.575.438.00 <u>para</u> R\$20.288.258,00, uma redução, portanto, no valor de R\$1.290.180,00, mediante o cancelamento de 1.290.180 ações ordinárias da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas, com a consequente restituição do valor de R\$1,00 por ação aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, mediante a conversão de R\$1.290.180,00 atualmente contabilizado: na rubrica contábil da Companhia como *"Adiantamento Sócios"*: e (ii) Nova redação do do Estatuto Social: *"Artigo 5*" O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente na R\$20.285.258,00, dividido em 20.285.258 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nada mais. nte integralizado, em moeda corrente nacional, é de

#### MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.،

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, hora e local: Em 16/09/2025, às 10hs, na sede social. Convocação e presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do único acionista representando a totalidade do capital social. Mesa: Luiz Carlos Nimi (Presidente) e Francine de Castro Balbina Leite (Secretária). Deliberações aprovadas; 5/1. Aprovada a la auratura da la completa de la completa del completa de la completa del completa de la completa de l ata desta AGE na forma de sumário. 5.2. Tomar conhecimento da renúncia apresentada pela Sra. Cristiane Eloisa d Lourenço Teba Padial, brasileira, contadora. 5.3. **Aprovada** a destituição, com efeitos imediatos a partir desta data, do cargo de Diretor Executivo da Companhia, do Sr. Maurício José Bairao Carmagnani, brasileiro, administrador de empresas. Considerando as deliberações acima mencionadas, a Diretoria Consolidada da Companhia é a seguinte: Diretoria Executiva (a) Ana Carolina Ferracciú Coutinho Moura, brasileira, advogada; (b) Luíz Carlos Nimi, bra sileiro, administrador de empresas; (c) Francine de Castro Balbina Leite, brasileira, internacionalista; (d) Rogério de Oliveira Ferreira, brasileiro, contador; (e) Felipe Pereira Lima, brasileiro, contador e economista; e (f) Ernane Divino dos Santos Alves, brasileiro, formado em ciências da computação, todos com escritório em São Paulo – SP. A Diretoria da Companhia fica, desde já, autorizada a adotar todos os atos necessários para a consecução do quanto deliberado na presente AGE. Nada mais. São Paulo, 16/09/2025. JUCESP nº 358.471/25-4 em 17/10/2025. Marina



#### · Companhia de Concessões Rodoviárias · do Novo Litoral de São Paulo

CNPJ nº 55.198.181/0001-02 - NIRE 35300647807 união do Conselho de Administração realizada em 01/09/2025

. Data, Hora e Local: Em 01/09/2025, às 10hs, na sede social da Companhia, localizada em Santos/SP. **2. Convocaçã** o **e Presença**: Dispensada a convocação, em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Adm nistração. **Mesa: <u>Presidente</u>: Sr. Marco Antonio Salvoni; <u>Secretário</u>: Sr. Nei Moreira Junior. <b>3. Ordem do Dia**: Delibera obre a aprovação do relatório da administração e correspondentes demonstrações financeiras intermediárias da ompanhia, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abran ente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, acompanhados do relatório dos auditores indepen entes, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis, materiais e outras informaçõe: elucidativas, refreente ao período de 06 meses, encerrado em 30/06/2025. **4. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem qualquer ressalva, aprovaram as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, os relatórios da administração, os relatórios dos auditores independentes, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, referentes ao período de 06 meses, encerrado em 30/06/2025. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. <u>Membros</u> <u>do Conselho de Administração</u>: Marco Antônio Salvoni, Claudio Roberto Daud, Lucas Gianella, Thiago Barbosa Leone, Nei Moreira Junior, Labib Faour Auad, Jorge Marques Moura, Bruno Ferreira Caramez e João Garcia Couri Neto. Santos 01/09/2025. JUCESP n° 379.683/25-8 em 16/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

#### Agrilean Inputs S.A.

CNPJ/MF nº 47.983.211/0001-55 – NIRE 35.300.613.287

Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Caros Acionistas, convocamos para a Assembleia-Geral Ordinária e Extraordinária da AgriLean Inputs S.A.

que será realizada de forma virtual pela plataforma abaixo, conforme autorizado pela Lei nº 14.382/2022 de 28 de junho de 2022, a ser realizada no dia 28 de outubro de 2025, com início às 8h (horário de Brasilia) a fim debater de deliberar os temas abaixo relacionados. Obs.: encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos: (i) relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos os seguntes occinentos. y relation de administrações financeiras; e (iii) parecer dos auditores independentes. Reunião do Microsoft Teams, em link encaminhado individualmente a todos os acionistas. **Pauta: 1.** Apresentação e deliberação sobre os resultados das contas da sociedade, com base no relatório final da Auditoria (BDO) do ano fiscal findo em 30 de junho de 2025 (tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras). a. O relatório da administração, a cópia das examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras). a. O relatório da administração, a cópia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e poderão ser enviados, via correio eletrônico, mediante requerimento. 2. Apresentação do orçamento do ano fiscal julho 25/junho 26; 3. Projetos em andamento; 4. Proposta de alteração da data de aporte do capital social de dezembro de 2025 para dezembro de 2027 e respectiva alteração no Estatuto Social; 5. Proposta de inclusão da atividade "CNAE 7490-1/04 — Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários" no objeto social da Agril.ean para atender a orientação da consultoria tributária da Companhia. 6. Discutir sobre a o procedimento a ser adotado em possível pedido de acionistas para a alienação das ações. 7. Outros assuntos de interesse da Companhia. Caso a Assembleia não atinja quórum mínimo na primeira convocação, ficam desde já convocadas os Acionistas para nova requião de forma virtual, no dia 4/11/2025 às 17h. em desde já convocados os Acionistas para nova reunião de forma virtual, no dia 4/11/2025, às 17h, en segunda convocação, nos termos do Estatuto Social. Atenciosamente, **José Milton Falavinha**-do Conselho de Administração.

### Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF n° 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 29 de outubro de 2025, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220 (Portão 1), e nº 3.259 (Portão 2), Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre seguinte ordem do dia: (i) deliberar acerca da participação da Companhia como garantidora solidária do "Credit Agreement", a ser celebrado entre CBC USA Ammunition Company, Inc. e um Sindicato de Bancos, no valor de até USD 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de dólares americanos), junto com outras empresas do grupo empresarial; (ii) autorização da Diretoria Executiva para adotar as providências necessá ias relacionadas ao referido contrato; e (iii) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 21 de outubro de 2025. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Admi

#### · Arrow Brasil S.A.

ATOW Brasil 5.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 – NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2020

Data, Local e Hora: 16/06/2020, às 10h00, na sede social da Companhia. Mesa: Sr. José Alberto Rezende
Caous, Presidente e o Sr. Antonio Celso Dantas, Secretário. Convocação e Presença i Dispensada, face a
presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Ordem do dia: eleição dos membros da
Diretoria. Deliberações aprovadas: Reeleger o Sr. José Alberto Rezende Caous, RG nº 9.958.599 SSP/SP,
CPF/ME nº 075.914.918-65, para o cargo de Diretor Executivo; e o Sr. Antonio Celso Dantas, RG nº 3.3397.137

SSP/SP, CPF/ME nº 062.950.658-21, para o cargo de Diretor rese m designação específica, com mandato de 1
ano, a partir desta data. Não obstante o prazo indicado acima, os diretores permanecerão no cargo e no exercício
de suas funções até a eleição e posse de novos diretores, estendendo-se o prazo de mandato automaticamente
até que isso ocorra. Os Diretores ora reeleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum
dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. Encerramento: nada
mais. JUCESP – Registrado sob o nº 433.551/20-3 em 14/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

#### Arrow Brasil S.A.

 ${\it CNPJ/MF}\ n^o\ 43.076.082/0001-60-NIRE\ 35.300.172.124$  Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2019

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2019

1. Data, hora e local: Em 18/06/2019, às 10h00, na sede social da Companhia. 2. Mesa: José Alberto Rezende Caous, Presidente; Antonio Celso Dantas — Secretário. 3. Convocação e presença: Christopher David Stansbury e John Alan Bird, conforme votos escritos enviados por email, em observância ao disposto no Artigo 14, § 2º, do estatuto social da Companhia. 4. Ordem do dia: em razão da renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração por parte do Sr. Gregory Paul Tarpinian, deliberar sobre sua substituição e o preenchimento do cargo vago, nos termos do art. 150 da Lei nº 6.404/76. 5. Deliberações: os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade dos votos: (i) aceitar a carta de renúncia apresentada pelo Gregory Paul Tarpinian nesta data; e (ii) eleger o Sr. Martin T. Hillery, Passaporte estadunidense nº 464658893, com mandato a se encerrar na próxima assembleia geral da Companhia, ou até que ele venha a ser substituído. 6. Declaração de Desimpedimento: o Martin T. Hillery declara sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeca de sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeca d sou as penas da Lei, não estar incurso em nennum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **7. Documentos Arquivados na Sede Social**: votos escritos enviados por e-mail por todos os membros, termo de posse do Sr. Martin T. Hillery e carta de renúncia do Sr. Gregory Paul Tarpinian. **8. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 18/06/2019. **José Alberto Rezende** – Presidente; **Antonio Celso Dantas** – Secretário. Membro Eleito: **Martin T. Hillery.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 482.574/19-7 em 10/09/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

### · Arrow Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 43.676.082/0001 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de junho de 2019

Data, Local e Hora: 24/06/2019, às 14h00, na sede social da Companhia. Mesa: Sr. José Alberto Rezende
Caous, Presidente. Sr. Antonio Celso Dantas, Secretário. Convocação e Presença: Dispensada, face a
presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Ordem do dia: eleição dos membros da
diretoria. Deliberações aprovadas: Reeleger o Sr. José Alberto Rezende Caous, RG nº 9.958.599 SSP/SP CPF nº 075.914.918-65, para o cargo de Diretor Executivo; e o Sr. Antonio Celso Dantas, RG nº 13.397.137 SSP/SP, CPF nº 062.950.658-21, para o cargo de Diretor sem designação especifica, com mandato de 1 ano, a partir desta data. Os Diretores ora reeleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos en nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerra-**mento: nada mais. JUCESP nº 503.689/19-1 em 24/09/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.





DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 5,3842 / R\$ 5,3848 \*\* Câmbio livre mercado -R\$ 5,3879 / R\$ 5,3899 \* Turismo - R\$ 5,4079 / R\$ 5,5879 (\*) cotação média do mercado (\*\*) cotação do Banco Central Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,36%

**BOLSAS** B3 (Ibovespa) Variação: -0,29% Pontos: 144.085 Volume financeiro: R\$ 15.819 bilhões Maiores altas: Vamos ON (+6,90%), Embraer ON (+5,12%), Raízen ON (+4,35%) Maiores baixas: Brava ON (-5,84%), Pão de Açúcar ON (-3,24%), B3 ON (-2,61%) S&P 500 (Nova York): 0,0% Dow Jones (Nova York): 0,47% Nasdaq (Nova York): -0,16% CAC 40 (Paris): 0,64% Dax 30 (Frankfurt): 0,29% Financial 100 (Londres): 0,25% Nikkei 225 (Tóquio): 0,27% **Hang Seng** (Hong Kong): 0,65% Shanghai Composite (Xangai): 1,36% CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,53% Merval (Buenos Aires): 1,23% IPC (México): -1,46%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE Agosto 2024: -0,02% Setembro 2024: 0,44% Outubro 2024: 0,56% Novembro 2024: 0,39% Dezembro 2024: 0,52% Janeiro 2025: 0,16% Fevereiro 2025: 1,31% Março 2025: 0,56% Abril 2025: 0,43% Maio 2025: 0,26% Junho 2025: 0,24% Julho 2025: 0,26% Agosto 2025: -0,11%



## **NEGÓCIOS**

# Netflix culpa Brasil por resultado abaixo do esperado no 3º tri



Netflix afirmou nesta terça-feira (21) que não atingiu as metas para o resultado do terceiro trimestre devido a uma despesa inesperada decorrente de uma disputa tributária de cerca de US\$ 619 milhões (R\$ 3,3 bilhões) no Brasil.

O serviço de streaming divulgou teve lucro líquido de US\$ 2,5 bilhões e um lucro por ação de US\$ 5,87 de julho a setembro, período em que a animação "K-Pop Demon Hunters" se tornou o filme mais assistido da história da plataforma. Analistas do mercado esperavam lucro de US\$ 3 bilhões.

Em meio às disputas em torno do PL do streaming, que pretende taxar plataformas de vídeo sob demanda no Brasil, o STF (Supremo Tribunal Federal) considerou em agosto constitucional a legislação de 2001 que ampliou o rol de remessas ao exterior tributadas pela contribuição Cide-Royalties.

Apesar da redução no período, a Netflix divulgou uma previsão de resultado um pouco acima das projeções de Wall Street para o restante do ano.

Antes, a obrigação do pagamento estava restrita a operações de transferência de tecnologia. Agora, empresas que efetuem pagamentos de royalties ao exterior envolvendo "cessão e licença de uso de marcas", por exemplo, passam a ter que pagar a Cide, a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico.

A Netflix informou que sua margem operacional para o terceiro trimestre foi de 28%. Sem a despesa tributária no Brasil, a margem operacional teria excedido a previsão da empresa de 31,5%. A receita da companhia veio em linha com as projeções, a US\$ 11,5 bilhões.

"Não esperamos que esse assunto tenha um impacto material sobre os resultados futuros", disse a Netflix no balanço.

Para o quarto trimestre, a Netflix previu uma receita de US\$ 11,96 bilhões, em comparação com a projeção de Wall Street de US\$ 11,90 bilhões. A empresa projetou o lucro por ação um centavo acima da previsão média de analistas, a US\$ 5,45.

Folhapress

## Guerra do delivery: Justiça anula contratos da 99Food com cláusulas de barreira à Keeta

plataforma de delivery de comida 99Food sofreu um revés judicial nesta terça-feira, 21: a 3ª Vara Empresarial do Foro Central Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo declarou nulas as cláusulas de barreira incluídas em contratos de semiexclusividade firmados pelo aplicativo com restaurantes.

A decisão é de primeira instância, logo ainda cabe recurso. Ela ocorre em um processo movido pela Keeta, aplicativo de delivery do grupo chinês Meituan que iniciará suas operações no Brasil no próximo dia 30, nas cidades de São Vicente e Santos, no litoral paulista.

A Justiça entendeu que eram ilícitas as cláusulas que nominalmente impediam contratos com a Keeta. "A exclusividade, em tese, pode ser um instrumento legítimo de competição e geração de eficiências", escreve o juiz Fábio Henrique Prado de Toledo. "Porém, a cláusula se volta diretamente contra a autora", segue.

A 99Food afirma em nota enviada à IstoÉ Dinheiro que já mudou seu contrato desde agosto e que "as cláusulas de exclusividade parcial já estão adequadas, sem mencionar especificamente nenhuma empresa". Ainda assim, disse que recorrerá da decisão por ter "plena confiança na legalidade das nossas práticas". Veja a nota na íntegra ao final do texto.

Na sentença, o tribunal fixa ainda multa de R\$ 100 mil por cada novo contrato firmado pela 99Food com as cláusulas de barreira, consideradas ilegais. Também determina que a empresa não imponha as sanções previstas no contrato aos restaurantes que decidam por fazer negócio com a Keeta.

"Desde que anunciou seu investimento no Brasil, a Keeta firmou seu compromisso com o desenvolvimento de um mercado onde todos possam ter mais escolhas. Agora, os restaurantes – inclusive aqueles anteriormente impedidos pela 99Food – estão livres para decidir pela plataforma que oferecer o melhor serviço, todos os dias", celebrou a Keeta em nota.

IstoÉDinheiro

## Tráfego aéreo latinoamericano sobe 4,3% em agosto, diz Alta; Brasil tem recorde doméstico



tráfego aéreo na América Latina e no Caribe somou 40,7 milhões de passageiros em agosto, aumento de 4,3% ante igual intervalo de 2024, segundo a Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo (Alta). O resultado foi impulsionado principalmente pelos mercados domésticos de Brasil, Argentina e Peru, que responderam por mais de 80% da expansão do mês.

O Brasil registrou desempenho recorde no segmento doméstico, com 8,7 milhões de passageiros, maior volume já registrado para um mês de agosto no País. O crescimento de 8,6% em relação ao ano anterior é o mais alto entre os seis maiores mercados domésticos do mundo. No tráfego

internacional, houve avanço de 13,1%, apoiado por um aumento de 38% nas chegadas de turistas estrangeiros ao país. A Argentina reportou o maior crescimento porcentual na região, com alta consolidada de 14,4% em relação a agosto de 2024, sendo de 10,6% no internacional e 19,1% no doméstico. O país teve o melhor desempenho da série histórica para o mês, superando em 6% o nível pré-pandemia de 2019.

Na região como um todo, a capacidade, medida em assentos-quilômetros disponíveis (ASK), cresceu 4,7%, enquanto a demanda (RPK) subiu 4,8%. A taxa média de ocupação se manteve em 85% e a oferta total de assentos aumentou 2,5%, refletindo

o uso de aeronaves maiores.

"O crescimento do tráfego aéreo na América Latina confirma uma tendência clara: a conectividade dentro da região é hoje o principal motor da expansão do setor", afirmou o CEO da Alta, Peter Cerdá.

Peru e Equador mantiveram tendência positiva, com altas de 6,5% e 4,2%, respectivamente, impulsionadas por rotas regionais. Na América Central e no Caribe, Panamá e República Dominicana lideraram os ganhos, com avanços de 11,5% e 6%.

Apesar do avanço regional, México, Colômbia e Chile, que estão entre os maiores mercados em volume de passageiros, tiveram desempenho abaixo da média. IstoÉDinheiro